

A CONSTITUIÇÃO DA COOPERTUPAN: O PAPEL DO COOPERATIVISMO NO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

The Constitution of Coopertupan: The Role of Cooperativism in Strengthening Family Farming

Leiliane dos Santos Gonzaga

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria, RS, Brasil

Vitor Kochhann Reisdorfer

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria, RS, Brasil

Andréa Cristina Dorr

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria, RS, Brasil

Vinícius de Jesus Ferreira

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria, RS, Brasil

Geovana Costa dos Santos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, RS, Brasil

GT6. Cooperativismo, associativismo e demais ações coletivas no meio Rural.

Resumo: O estudo analisa o processo de constituição da Coopertupan, cooperativa localizada em Tupanciretã (RS), como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar por meio do cooperativismo e da organização coletiva. Com base em uma pesquisa qualitativa e estudo de caso, foram realizadas entrevistas com oito sócios fundadores, buscando compreender as motivações, desafios e perspectivas dos agricultores. Os resultados evidenciam que a cooperativa surgiu diante das dificuldades de comercialização e da limitação de acesso aos mercados institucionais, sendo impulsionada por valores de união, confiança e solidariedade. A Coopertupan representa não apenas uma alternativa econômica, mas também um espaço de inclusão social, geração de renda e participação juvenil. O estudo conclui que o cooperativismo, quando pautado na autogestão e na democracia interna, constitui uma ferramenta essencial para o desenvolvimento sustentável e a valorização da agricultura familiar.

Palavras-chave: Cooperativismo; Comercialização; Autogestão.

Abstract: This study analyzes the process of establishing coopertupan, a cooperative located in tupanciretã, rio grande do sul, as a strategy for strengthening family farming through cooperativism and collective organization. Based on qualitative research and a case study, interviews were conducted with eight founding members, seeking to understand the farmers' motivations, challenges, and perspectives. The results show that a cooperative emerged in the face of marketing difficulties and limited access to institutional markets, driven by values of unity, trust, and solidarity. Coopertupan represents not only an economic alternative but also a space for social inclusion, income generation, and youth participation. The study concludes that cooperativism, when based on self-management and internal democracy, constitutes an essential tool for sustainable development and the appreciation of family farming.

Keywords: Cooperativism; Commercialization; Self-management.

1. Introdução

As cooperativas tiveram origem no início da Revolução Industrial, em um contexto marcado pela consolidação do sistema capitalista e pelas intensas transformações sociais e econômicas decorrentes desse processo. Nesse período, a classe operária enfrentava condições de trabalho extremamente precárias, caracterizadas por jornadas de 12 a 16 horas diárias, baixos salários, fome e exploração do trabalho infantil. Diante desse cenário de desigualdade e exclusão, surgiram as primeiras iniciativas cooperativas, organizadas por trabalhadores que buscavam alternativas autônomas e democráticas de produção e consumo, unindo os princípios econômicos à promoção do bem-estar social (Schnaider, 2015).

Para Sales (2010) uma cooperativa surge no momento em que o homem toma consciência da sua fragilidade no mundo, o cooperativismo é uma forma de unir forças dentro de um mundo competitivo, preservando a força econômica e de vida dos indivíduos que possuem os mesmos objetivos em comum.

A organização coletiva possibilita às pessoas alcançar níveis de produção superiores aos obtidos individualmente, uma vez que a ação conjunta confere maior força e capacidade de realização. O cooperativismo surgiu como uma resposta às dificuldades enfrentadas por trabalhadores e produtores isolados, pois a união em moldes cooperativos favorece o compartilhamento de recursos, a redução de custos e o enfrentamento de desafios econômicos de maneira mais sólida e estável (Sales, 2010).

Deste modo as organizações coletivas possuem um importante papel na organização da sociedade democrática, é caracterizado por um conjunto de práticas realizadas por um grupo de pessoas qualificando a cooperação, em busca de alcançar objetivos comuns (Albuquerque, 2003). Neste sentido, a problemática que orienta este estudo refere-se às dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares no processo de comercialização de seus produtos, especialmente em contextos onde a ausência de organização coletiva limita o acesso a mercados e reduz a competitividade. Diante desse cenário, o objetivo geral do trabalho consiste em analisar as principais motivações que impulsionaram a constituição da Coopertupan, situada no município de Tupanciretã/RS. Para tanto, estabelecem-se como objetivos específicos: (1) identificar as motivações que levaram o grupo de agricultores a participar do processo constitutivo; (2) compreender as expectativas associadas à adoção do modelo cooperativo; e (3) propor, com base no diagnóstico realizado, diretrizes relevantes a serem consideradas pelos associados para o fortalecimento e êxito da cooperativa.

A elaboração deste artigo justifica-se pela criação recente de uma nova cooperativa agropecuária no município estudado, cuja finalidade central é ampliar o acesso dos agricultores a diferentes mercados. Assim, o estudo oferece contribuições diretas aos membros da organização, ao sistematizar suas motivações iniciais e os desafios percebidos, e contribuições indiretas a outros grupos interessados em constituir cooperativas, ao apresentar elementos teóricos e práticos que subsidiam a compreensão do processo de formação e gestão cooperativa. Além disso, registrar este momento inaugural representa uma oportunidade singular para, futuramente, realizar pesquisas comparativas que permitam avaliar em que medida as expectativas iniciais se concretizaram no desenvolvimento da cooperativa ao longo do tempo.

O presente artigo está organizado em seis seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta o referencial teórico, discutindo o cooperativismo agropecuário, os processos de constituição de cooperativas e os princípios de gestão e governança aplicados a essas organizações. A terceira seção descreve os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, explicitando a abordagem qualitativa, o delineamento do estudo de caso e as técnicas utilizadas para a coleta e análise dos dados. Às quartas e quintas seções apresentam e analisam os resultados obtidos, abordando o processo de constituição da Coopertupan, as motivações de seus integrantes, as principais dificuldades enfrentadas e as perspectivas futuras da cooperativa. Por fim, a sexta seção contempla as considerações finais, nas quais são sintetizadas as principais conclusões do estudo e indicados caminhos para pesquisas futuras relacionadas ao tema.

2. Revisão da Literatura

2.1 Cooperativismo Agropecuário

O cooperativismo pode ser compreendido como uma forma de organização social baseada na associação voluntária de pessoas em torno de uma missão comum, orientada por valores de solidariedade e autogestão. Essa forma de organização mobiliza motivações intrínsecas dos indivíduos, que se engajam na ação coletiva não apenas pela obtenção de resultados materiais, mas também pelo valor simbólico e social do ato cooperativo (Leopoldino, 2020).

As cooperativas não se orientam por uma lógica de maximização de lucros destinada a beneficiar acionistas, como ocorre no sistema capitalista tradicional. Ao contrário, configuram-se como organizações econômicas intermediárias cujo principal objetivo é

atender às necessidades econômicas e sociais de seus cooperados. Nesse modelo, o cooperado desempenha simultaneamente o papel de usuário e proprietário, transferindo parte das funções de sua economia individual para a cooperativa, que passa a atuar como instrumento coletivo de fortalecimento produtivo e comercial (Baltokoski Neto, 2012).

O universo da cooperação configura-se, assim, como um campo marcado por dimensões morais, políticas e econômicas, expressando um projeto de democratização das relações sociais e produtivas. Nesse sentido, o cooperativismo é entendido como um fator de desenvolvimento social, ao promover a construção de uma sociedade mais equitativa e solidária, fundada em princípios de participação e reciprocidade (Leopoldino, 2020).

O cooperativismo é uma forma de somar capacidade dentro de um mundo de concorrência. É uma forma de preservar a força econômica e de vida dos indivíduos de um mesmo padrão e tipo, com objetivos comuns e com as mesmas dificuldades. A cooperativa quase sempre surge em momentos de dificuldades e da consciência de fragilidade do homem dentro do mundo em que atua. (Sales, 2010, p.2)

O cooperativismo é uma estratégia de união: ele fortalece pessoas com interesses e dificuldades comuns, especialmente em contextos de crise, permitindo que enfrentam a concorrência e preservem sua força econômica e social.

A articulação coletiva configura-se como uma oportunidade estratégica para que os agricultores familiares ampliem sua capacidade de inserção e acesso aos mercados (Gonzaga, Chechi e Boscardin, 2024). A organização em cooperativas possibilita superar as limitações impostas pela comercialização individual, como o acesso restrito a canais de comercialização.

O cooperativismo agropecuário é uma das principais formas de organização coletiva de cunho econômico do meio rural, utilizado como estratégias para enfrentar os desafios produtivos e de comercialização. Para Abramovay (1998) as organizações coletivas permitem o aumento da capacidade de negociação e organização local dos pequenos produtores, favorecendo o acesso a mercados convencionais de produtos agrícolas e o acesso às políticas públicas direcionadas ao setor.

Segundo Alves e Lima (2018), as cooperativas constituem um importante instrumento de desenvolvimento rural e regional, uma vez que, além de estimular a circulação de renda, contribuem para o fortalecimento do capital social e do associativismo entre os produtores rurais. O movimento cooperativista surgiu e se consolidou com o propósito de enfrentar os

monopólios privados e estrangeiros que, em determinadas regiões, concentravam o controle da produção agropecuária.

O cooperativismo agropecuário brasileiro desempenha um papel estratégico ao reunir produtores rurais em cooperativas distribuídas por todas as regiões do país, contribuindo de maneira decisiva para o fortalecimento do setor agrícola. Essa forma de organização possibilita a constituição de uma ampla rede de cooperação, por meio da qual os associados têm acesso a insumos, tecnologias inovadoras, assistência técnica, infraestrutura de armazenagem, agregação de valor à produção e apoio estruturado à comercialização (OCB, 2025).

De acordo com dados do Anuário do Cooperativismo Brasileiro (2025), o setor agropecuário apresentou, em 2024, significativa representatividade no cenário nacional, contabilizando 1.172 cooperativas, que congregam 1.091.560 cooperados e geram 268.979 empregos diretos. No estado do Rio Grande do Sul, o cooperativismo agropecuário também se destaca pela sua expressiva atuação econômica e social, com 88 cooperativas registradas na Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), reunindo 266.077 cooperados e registrando sobras anuais no montante de R\$ 1.435.874.201,00. Esses números evidenciam a relevância do cooperativismo enquanto instrumento de desenvolvimento regional e de fortalecimento das economias locais.

A importância do cooperativismo agropecuário vai além das dimensões estritamente econômicas, pois representa a organização comunitária voltada ao fortalecimento do capital social. Seus interesses extrapolam a busca por sobras financeiras, uma vez que os ganhos são distribuídos de forma proporcional entre os cooperados e orientados por princípios que visam beneficiar as comunidades onde estão inseridos. Desse modo, a estruturação coletiva por meio de cooperativas ultrapassa os benefícios financeiros, configurando-se como um mecanismo de desenvolvimento social e comunitário (Alves e Lima, 2018).

2.2 Constituição de Cooperativas

A constituição de uma cooperativa no Brasil é regida pela Lei nº 5.764/1971, marco jurídico que define a Política Nacional de Cooperativismo e estabelece o regime jurídico das sociedades cooperativas, trata-se de uma legislação que oferece as bases para a formação, funcionamento e organização democrática dessas entidades, fundamentadas na participação dos associados e na autonomia organizativa.

O Art. 17 da Lei 5.764/71 define que a cooperativa se constitui por meio de um passo inicial, a Assembleia Geral de Fundação, que é o momento em que os futuros cooperados deliberam sobre a criação da entidade, aprovam o Estatuto Social, elegem os órgãos de administração e fiscalização e por fim assinam a ata de fundação.

Para se constituir uma cooperativa é necessário que os membros conheçam os sete princípios que orientam todas as cooperativas ao redor do mundo, esses princípios permanecem os mesmos desde a fundação da primeira cooperativa, em 1884, pelos Pioneiros de Rochdale. São eles: 1. Adesão livre e voluntária, a cooperativa é aberta à participação de todos, sem discriminação de sexo, raça, classe, crença ou ideologia, desde que os interessados concordem com seus objetivos e assumam suas responsabilidades como membros; 2. Gestão democrática, cada associado possui direito a um voto, garantindo igualdade na tomada de decisões; 3. Participação econômica dos membros, todos os cooperados contribuem financeiramente para formar o capital da cooperativa, de maneira justa e proporcional; 4. Autonomia e independência, as cooperativas são organizações autônomas, controladas exclusivamente por seus membros; 5. Educação, formação e informação, cabe às cooperativas promover a formação e a capacitação de seus associados e trabalhadores, para que possam contribuir com o desenvolvimento da organização e, conseqüentemente, das comunidades em que estão inseridas; 6. Intercooperação, consiste em trabalhar em conjunto com outras cooperativas, fortalecendo o movimento e unindo forças; 7. Interesse pela comunidade, as cooperativas devem atuar em benefício do desenvolvimento das comunidades em que estão inseridas (Sistema OCESP, 2025).

O conjunto dos princípios cooperativistas asseguram a legitimidade da organização desde sua origem, para a criação de uma cooperativa, a Lei 5.764/1971 estabelece outros requisitos, além da Assembleia Geral de Constituição, como: a participação mínima de 20 pessoas físicas, com exceção das cooperativas de trabalho que possuem legislação complementar permitindo o início de suas atividades com no mínimo 7 pessoas; a aprovação do Estatuto Social; a eleição dos Conselhos de Administração e Fiscal; o registro dos documentos na Junta Comercial; a definição de capital social variável, dividido em quotas; e a adoção de uma denominação que contenha obrigatoriamente o termo “Cooperativa”.

Deste modo a constituição de uma cooperativa, envolve um conjunto de procedimentos que articulam aspectos legais e organizacionais, garantindo que a nova entidade seja criada de maneira democrática, transparente e participativa.

Para Frantz (2012), definir o que é uma cooperativa exige o reconhecimento de sua natureza associativa, considerada elemento essencial para sua conceituação e para sua diferenciação em relação às empresas capitalistas, o caráter associativo confere às cooperativas um diferencial próprio, refletido em formas específicas de gestão e governança, distintas das praticadas nas organizações empresariais tradicionais.

2.3 Gestão e Governança em Cooperativas

A governança cooperativa consiste em um modelo estratégico de gestão fundamentado nos valores e princípios do cooperativismo, voltado a assegurar que a administração das cooperativas ocorra de forma sustentável e alinhada aos interesses de seus cooperados (OCB, 2016).

Embora o modelo cooperativista seja participativo e se diferencie da governança empresarial tradicional, o fato de o poder de decisão ser distribuído de forma igualitária entre todos os membros pode dificultar a gestão e favorecer conflitos internos. A ausência de transparência quanto aos resultados e às decisões da direção podem intensificar tensões e gerar desconfiança entre os cooperados e a liderança da organização (Silva, Souza e Leite, 2011).

Segundo o Manual de Boas Práticas de Governança Cooperativa da OCB (2016), a adoção das boas práticas de governança em uma cooperativa tem como finalidade: ampliar a transparência na gestão da sociedade cooperativa; facilitar o desenvolvimento e a competitividade das organizações; contribuir para a sustentabilidade e a perenidade do modelo cooperativista; aprimorar a participação dos cooperados nos processos decisórios; alcançar melhores resultados econômico-financeiros; incentivar a inovação e promover a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos aos associados; além de fortalecer a responsabilidade social como forma de integração da cooperativa com a sociedade civil.

Fontes Filho, Marucci e Oliveira (2008) afirmam que a governança cooperativa é uma prática fundamental para garantir a participação democrática, a transparência e a representatividade no interior da organização. Para Bialoskorski Neto (2012), o sucesso econômico de uma cooperativa depende da qualidade das relações estabelecidas entre os cooperados, da clareza que possuem sobre seus direitos e responsabilidades, bem como de elementos culturais e institucionais que influenciam diretamente o funcionamento da organização.

O cooperativismo, por se constituir como uma sociedade de pessoas com direitos igualitários, requer a existência de mecanismos internos que promovam participação, confiança, ajuda mútua e voluntarismo nas ações, esses elementos favorecem o engajamento dos associados nos processos decisórios e garantem a representatividade dos membros dentro da organização, aspecto essencial para o sucesso da cooperativa. Nesse sentido, os mecanismos de governança desempenham papel decisivo ao fortalecer a confiança entre cooperados e gestores, além de reduzir conflitos internos (Fontes Filho, Marucci e Oliveira, 2008).

O Manual de Boas Práticas Cooperativistas descreve os princípios fundamentais da governança cooperativa, destacando elementos como autogestão, senso de justiça, transparência, educação e sustentabilidade. Esses princípios determinam a forma de como as cooperativas devem ser conduzidas, reforçando a importância de práticas éticas, incentivando a participação dos membros no desenvolvimento organizacional (OCB, 2016).

3. Metodologia

A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem predominantemente qualitativa, configurada como estudo de caso, conforme a perspectiva metodológica proposta por Yin (2015), adequada para investigações que buscam compreender fenômenos em profundidade e em seu contexto real. O estudo foi desenvolvido junto à Coopertupan, localizada no município de Tupanciretã, RS. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, instrumento amplamente recomendado em pesquisas qualitativas por permitir flexibilidade e aprofundamento das respostas (GIL, 2008; MINAYO, 2012).

A seleção dos cooperados entrevistados ocorreu de forma intencional, considerando a disponibilidade de participação dos agricultores no momento da pesquisa. As entrevistas foram realizadas até o ponto de saturação das respostas, ou seja, até o momento em que os relatos passaram a apresentar recorrência de informações, indicando que novos dados não acrescentariam elementos significativos à análise. De acordo com Minayo (2012), a saturação é alcançada quando a coleta de informações não revela novas dimensões relevantes sobre o objeto estudado, permitindo ao pesquisador encerrar o processo de campo com segurança metodológica.

As entrevistas foram realizadas de forma remota, utilizando as plataformas Google Meet e WhatsApp. Ao todo, foram entrevistados oito associados fundadores, sendo que três

deles compõem o corpo diretivo da cooperativa, ocupando os cargos de diretora, vice-diretor e secretário conforme o quadro 1.

Quadro 1- Perfil dos associados entrevistados.

IDENTIFICAÇÃO	IDADE	ESCOLARIDADE	FUNÇÃO
Entrevistado 1	30	Ensino superior completo	Membro do quadro diretivo
Entrevistado 2	47	Ensino médio completo	Associado
Entrevistado 3	54	Ensino fundamental incompleto	Membro do quadro diretivo
Entrevistado 4	60	Ensino fundamental incompleto	Associado
Entrevistado 5	48	Ensino fundamental incompleto	Associado
Entrevistado 6	22	Ensino médio completo	Associado
Entrevistado 7	37	Ensino superior completo	Membro do quadro diretivo
Entrevistado 8	30	Ensino superior completo	Associado

Fonte: Organização dos autores.

As entrevistas tiveram como propósito compreender a realidade de vida dos agricultores, identificando suas principais dificuldades de comercialização, resgatando o histórico de constituição da cooperativa e analisando suas perspectivas em relação ao futuro, especialmente no momento em que a organização desse início às suas atividades.

3.1 O Município de Tupaciretã

Tupaciretã é um município do estado do Rio Grande do Sul (figura 1), no Brasil. Em 2022, a população era de 20.005 habitantes e a densidade demográfica era de 8,88 habitantes por quilômetro quadrado. A agricultura familiar no município de Tupaciretã apresenta

significativa representatividade, especialmente por meio dos assentamentos de reforma agrária, que contribuíram para a constituição de uma estrutura produtiva mais diversificada (Ferreira, et al. 2016). No Rio Grande do Sul, por exemplo, 80,5% dos estabelecimentos agropecuários são classificados como agricultura familiar, totalizando cerca de 294.000 estabelecimentos. Esses estabelecimentos respondem por 25,3% da área rural do estado (IBGE, 2017).

Figura 1: Município de Tupanciretã



Fonte: IBGE, 2025

O segmento da agricultura familiar no município é responsável pelo cultivo de soja, milho, feijão, mandioca, arroz, hortifrutigranjeiros, entre outros produtos agrícolas, e tem intensificado, ao longo dos anos, a produção leiteira (Balem e Alves, 2020). A produção destina-se tanto ao autoconsumo das famílias quanto à comercialização, evidenciando a dupla função desempenhada pela agricultura familiar na região.

3.2 Contexto da criação da Coopertupan

A origem da Coopertupan está vinculada à atuação do técnico agrícola do município, que acompanhava e assessorava diversas famílias de agricultores no processo de comercialização de seus produtos junto aos mercados institucionais. Ao identificar as

dificuldades enfrentadas no escoamento da produção, o secretário observou que a constituição de uma cooperativa seria a estratégia mais adequada para ampliar o acesso a novos mercados e aumentar a competitividade dos agricultores. A proposta foi apresentada a um grupo de produtores rurais que, prontamente, acolheu a ideia e decidiu avançar na sua formalização.

A ideia surgiu desde 2019 mas apenas em fevereiro de 2025, instaurou-se um processo coletivo de mobilização e aprendizado até a constituição formal da organização. Esse processo ocorreu através de múltiplas etapas, como reuniões de formação voltadas ao aprofundamento dos princípios e valores do cooperativismo, além da busca por agricultores que compartilhassem dificuldades, expectativas e objetivos comuns. Esse movimento é coerente com a literatura que destaca a centralidade da educação cooperativa e da identidade coletiva na consolidação de empreendimentos solidários (Silva, 2020). Ressalta-se ainda que, em conformidade com a Lei nº 5.764/1971 que define a Política Nacional de Cooperativismo, é exigido o número mínimo de 20 associados para a constituição de uma cooperativa, exceto os casos das cooperativas de trabalho (BRASIL, 1971).

Uma das principais dificuldades apontadas pelos entrevistados refere-se ao limite de vendas estabelecido pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fixado em R\$15.000,00 anuais por unidade familiar. Nesse sentido, a organização em formato cooperativo surge como uma alternativa estratégica, pois possibilita que os agricultores, ao comercializarem de forma coletiva, ultrapassem esse limite individual. Para as cooperativas, o teto de comercialização junto ao programa é de R\$1,5 milhão por ano, o que amplia significativamente as oportunidades de inserção no mercado institucional e favorece a geração de renda.

Quando questionados sobre as principais motivações pessoais para participar da cooperativa, os agricultores destacaram, de maneira recorrente, a busca por melhores condições de comercialização, sobretudo por meio da ampliação do acesso a diferentes mercados. A motivação destes agricultores encontra respaldo na literatura, que aponta a comercialização como um dos principais vetores de fortalecimento e sustentabilidade das organizações cooperativas (Tomazzoni e Schneider, 2022).

Segundo os entrevistados, a criação da cooperativa teve como base valores como união, confiança e companheirismo. Essa perspectiva está em consonância com os princípios fundamentais do cooperativismo, definidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), que destacam a adesão voluntária e livre, a gestão democrática, a participação econômica dos

membros, a autonomia e independência, a educação e formação cooperativa, a cooperação entre cooperativas e o interesse pela comunidade.

Conforme destaca Schneider (2015), o movimento cooperativista apresenta diversas vantagens em relação a outros modelos organizacionais. Em primeiro lugar, caracteriza-se por ser mais justo e equitativo, uma vez que promove uma distribuição mais equilibrada dos bens e serviços produzidos. Em segundo lugar, é um modelo mais humano, pautado no respeito à dignidade e ao protagonismo de cada associado. Além disso, contribui para que os cooperados administrem seus próprios recursos de forma responsável, preservando o equilíbrio ambiental. Por fim, o cooperativismo também desempenha um papel relevante na promoção da cidadania, ao oferecer cursos e atividades de capacitação destinados aos cooperados e à comunidade em geral. Tais iniciativas possibilitam o desenvolvimento de uma cultura econômica, social e administrativa, que não apenas fortalece a gestão cooperativa, mas também forma cidadãos mais ativos, dinâmicos e participativos em suas comunidades e municípios de atuação.

No dia 12 de setembro de 2025, realizou-se a assembleia de constituição da cooperativa, evento que marcou oficialmente a formalização da organização. Durante a assembleia, foi eleita a primeira equipe diretiva, composta por cinco membros: três integrantes do corpo administrativo e dois do conselho fiscal, além de dois suplentes. Esse processo evidencia a importância da participação democrática dos associados, um princípio central do cooperativismo, garantindo que as decisões estratégicas sejam tomadas de forma coletiva e que a gestão da cooperativa reflita os interesses de seus membros. A eleição da diretoria não apenas consolidou a estrutura organizacional, mas também estabeleceu os fundamentos para a autogestão e a representatividade, elementos essenciais para a sustentabilidade e legitimidade da cooperativa.

Bialoskorski Neto (2012) destaca que a escolha da liderança em uma cooperativa não deve se basear apenas na eficiência individual ou no carisma em relação aos cooperados. Mais do que isso, o líder deve possuir capacidade de compreender e acompanhar as dinâmicas da economia global, adotando decisões estratégicas que favoreçam o desenvolvimento da cooperativa sem comprometer seu caráter democrático e participativo no processo decisório.

A fundação da cooperativa foi motivada, sobretudo, pela busca de melhoria nas condições de vida dos agricultores, mas também pela preocupação com o fortalecimento da comunidade local. Os entrevistados ressaltaram ainda que a organização representa uma oportunidade de geração de emprego e renda para os jovens e para as futuras gerações, o que

demonstra não apenas a dimensão econômica do empreendimento, mas também sua relevância social e comunitária.

Na pesquisa de Boscardin et al. (2024), os autores destacam que há uma baixa participação dos jovens, tanto em cargos diretivos quanto no quadro social das cooperativas, situação que pode estar relacionada à insuficiência de conhecimento e de incentivos para sua inserção no contexto cooperativo. Essa realidade suscita preocupações quanto à transferência geracional da gestão, uma vez que não há um preparo que capacite os jovens a assumirem espaços de liderança e tomada de decisão.

Nesse contexto, a Coopertupan se caracteriza como uma cooperativa que já conta com a participação de jovens em seu quadro social desde a sua fundação, configurando-se como um espaço com potencial para contribuir com a permanência desses jovens no campo. Tal perspectiva reforça a importância de estratégias de engajamento e formação voltadas à sucessão geracional, essenciais para a sustentabilidade econômica, social e comunitária da cooperativa.

3.3 Perspectivas futuras e benefícios esperados da Coopertupan.

As expectativas dos entrevistados em relação ao futuro da Coopertupan estão fortemente relacionadas aos benefícios proporcionados pela sua constituição formal enquanto cooperativa. Entre os mais citados, destacam-se a possibilidade de ampliação do acesso a novos mercados, sobretudo no âmbito municipal, onde a comercialização tende a ser facilitada a partir da organização coletiva. Essa estrutura possibilita vantagens específicas, como isenções fiscais, adequação à rotulagem de produtos e maior eficiência na organização da oferta e da demanda. Como destaca Tomazzoni e Schneider (2022), a cooperação permite que os agricultores familiares superem limitações individuais, ampliando sua capacidade de inserção em diferentes circuitos de comercialização e melhoria da qualidade de vida.

Além do potencial de crescimento econômico, os entrevistados ressaltam a importância de preservar as raízes do movimento, mantendo a cooperativa fiel aos princípios da autogestão e da participação ativa dos associados. Essa preocupação reflete a essência do cooperativismo, que, segundo Benini *et al.* (2009), diferencia-se justamente pela autogestão, pela democracia interna e pela centralidade do associado no processo decisório. Nesse sentido, os depoimentos evidenciam que o crescimento da Coopertupan não deve implicar a

perda de sua identidade coletiva, mas, ao contrário, reforçar os vínculos de confiança e solidariedade entre seus membros.

A preocupação com o futuro da cooperativa, associada ao desejo de manter seus princípios fundadores, também se conecta à visão de Bialoskorski Neto (2012), para quem o fortalecimento do cooperativismo na agricultura familiar depende da capacidade de equilibrar eficiência econômica e coesão social. Portanto, os agricultores entrevistados demonstram compreender que o êxito da Coopertupan não será apenas medido pelo alcance de novos mercados, mas também pela sua habilidade em se manter como um espaço democrático, participativo e de fortalecimento comunitário.

Benini *et al.* (2009) destacam que, no movimento cooperativista, podem surgir diferentes formas de gestão e de distribuição do poder interno, sendo a manutenção da autogestão a característica central que confere sentido e identidade ao cooperativismo. Quando essa autonomia se enfraquece, as cooperativas correm o risco de adotar práticas burocráticas típicas de organizações capitalistas, o que pode comprometer seus princípios fundacionais.

O relato de um dos entrevistados ilustra de maneira concreta esse fenômeno: apesar de possuir vários anos de vínculo como sócio de uma cooperativa de soja, ele nunca participou de assembleias ou de qualquer processo decisório, esta experiência evidencia a existência de um distanciamento significativo entre a gestão e os associados em determinados contextos cooperativos, revelando fragilidades na prática da democracia interna e na efetivação dos princípios de participação que deveriam orientar essas organizações. Esse depoimento reforça a importância de preservar os vínculos e a participação ativa dos sócios, especialmente em períodos de expansão organizacional. O entrevistado expressa preocupação com o futuro da Coopertupan, ressaltando que o crescimento da cooperativa deve ocorrer de forma a fortalecer, e não enfraquecer, a autogestão e o compromisso com os associados, garantindo que os princípios cooperativistas permaneçam centrais à gestão da organização.

Schneider (2015) ressalta que a cooperativa, embora constitua uma forma diferenciada de organização econômica, deve operar com a mesma racionalidade e disciplina que caracterizam qualquer empresa. O que a distingue, entretanto, é seu caráter democrático, expresso na participação ativa dos cooperados nos processos de decisão, produção e prestação de serviços. Essa particularidade confere às cooperativas uma identidade própria, que combina eficiência econômica com compromisso social e coletivo.

4. Considerações finais

O estudo evidencia que a criação da Coopertupan surgiu como uma resposta coletiva às dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares na comercialização de seus produtos, alinhando-se aos princípios centrais do cooperativismo, como união, confiança, solidariedade e autogestão. A constituição da cooperativa não apenas amplia o acesso a novos mercados e melhora a competitividade, mas também fortalece os vínculos comunitários e oferece perspectivas de geração de emprego e renda para as futuras gerações.

Os depoimentos dos agricultores ressaltam que, mesmo diante da perspectiva de crescimento, é essencial que a cooperativa preserve suas raízes e sua gestão participativa, garantindo que os princípios cooperativistas permaneçam centrais à organização. Nesse sentido, a Coopertupan exemplifica como o cooperativismo pode funcionar como estratégia de fortalecimento econômico e social, conciliando objetivos individuais e coletivos em prol do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

Portanto, o caso da Coopertupan reforça a importância da organização coletiva e da educação cooperativa como ferramentas essenciais para o sucesso de cooperativas de base familiar, demonstrando que a combinação de gestão participativa, solidariedade e planejamento estratégico é determinante para a sustentabilidade econômica e social dessas iniciativas.

Para pesquisas futuras, sugere-se a realização de um estudo complementar junto à cooperativa, com o objetivo de acompanhar sua trajetória no processo de acesso a novos mercados e avaliar de forma detalhada a participação efetiva dos sócios nas decisões e na gestão da organização.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável. **Reforma Agrária**, v. 28, n. 1–3; v. 29, n. 1, 1998–1999. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtas/files/2014/10/Texto-Abramovay-R.-Agricultura-familiar-e-desenvolvimento-territorial.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2025.

ALBUQUERQUE, P. P. Associativismo. In: CATTANI, Antonio David (org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editora, 2003. p. 15-20.

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). Identidade, valores e princípios cooperativos. Manchester: ACI, 1995.

ALVES, Lucir Reinaldo; DE LIMA, Jandir Ferrera. Cooperativismo agropecuário e de crédito do Brasil do agronegócio. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 2, 2018. Disponível em:

<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3605/677> . Acesso em: 10 set. 2025.

BALEM, Tatiana A.; ALVES, E. de O. A persistência das feiras de agricultores em um cenário de “sojificação da sociedade”: elementos da realidade de Júlio de Castilhos e Tupanciretã/RS. **Economia e Desenvolvimento**, n. esp., p. 1-12, 2020. Disponível em:

<https://share.google/UjqvIufTJczMjxGNU> . Acesso em: 05 out. 2025.

BENINI, E. G. et al. Cooperativismo e autogestão: reflexões sobre a economia solidária.

Revista de Economia e Administração, v. 10, n. 21, p. 76-88, 2009. Disponível em:

https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Cooperativismo+e+Autogest%C3%A3o%3A+reflex%C3%B5es+sobre+a+economia+solid%C3%A1ria+Elcio+Gustavo+Benini . Acesso em: 12 dez. 2025.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Economia e gestão de organizações cooperativas. São Paulo: **Atlas**, 2012. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/364474626_Economia_e_Gestao_de_Organizacoes_Cooperativas . Acesso em: 11 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 dez. 1971. Disponível em <

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm> Acesso em 20 set. 2025.

CATTANI, Antonio David (org.). A outra economia. Porto Alegre: **Veraz Editora**, 2003. (citada no capítulo de Albuquerque)

FERREIRA, Gabriel Murad Velloso et al. O cooperativismo como estratégia de inserção dos assentados da reforma agrária nos mercados dinâmicos: o caso da COPERTEIRA. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 11, n. 5, p. 1164-1181, 2018. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/journal/2734/273458852002/273458852002.pdf> . Acesso em: 11 dez. 2025.

FONTES, Joaquim Rubens; MARUCCI, José Carlos; DE OLIVEIRA, Mauro José.

Governança cooperativa: participação e representatividade em cooperativas de crédito no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 4, p. 107-125, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/2352/235217197008/html/> . Acesso em: 11 dez. 2025.

FRANTZ, Walter. Associativismo, cooperativismo e economia solidária. **Ijuí: Ed. Unijuí**, 2012. 162 p. (Coleção Educação à Distância. Série Livro-texto). ISBN 978-85-419-0007-2.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo. **Atlas**, 2002. Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf . Acesso em: 26 nov. 2025.

GONZAGA, Leiliane dos Santos; CHECHI, Letícia Andrea; BOSCARDIN, Mariele.

Agricultura familiar, comercialização e dinâmicas de consumo: um estudo em feiras no

município de Cruz das Almas – BA. **Revista Estudo & Debate**, v. 31, n. 4, 2024. DOI: 10.22410/issn.1983-036X.v31i4a2024.3912. Disponível em: <https://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/3912> . Acesso em: 12 out. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017> . Acesso em: 07 out. 2025.

LEOPOLDINO, Cândida Joelma. Elementos conceituais e históricos do cooperativismo. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, v. 11, n. 20, p. 141-156, 2011. Disponível em <<https://saber.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/7618> > Acesso 05 set. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. In: **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 1992. p. 269-269. Disponível em <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1344574>> Acesso 15 nov. 2025

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. **Manual de boas práticas de governança cooperativa**. Brasília, DF: OCB, 2019. Disponível em: https://www.somoscooperativismo.coop.br/file/nac/publicacoes/2022-11-18_Manual_Governanca_Cooperativa.pdf . Acesso em: 29 nov. 2025.

SALES, João Eder. Cooperativismo: origens e evolução. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – RBGE**, v. 1, n. 1, p. 23-34, 2010. Disponível em: <https://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia/article/view/30> . Acesso em: 26 set. 2025.

SCHNEIDER, José Odelso. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável. **Otra Economía**, v. 9, n. 16, p. 94-104, 2015. Disponível em <<http://revistas.ungs.edu.ar/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2015.916.07>> Acesso 05 out. 2025

SOARES DA SILVA, Sabrina; SOUSA, Ana Rosa de; TEIXEIRA LEITE, Eduardo. Conflito de agência em organizações cooperativas: um ensaio teórico. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 13, n. 1, p. 63-76, 2011. Disponível em <<https://www.redalyc.org/pdf/878/87818623006.pdf>> 05 de out. 2025

SILVA, Sandro Pereira. A trajetória sócio-organizativa do movimento social de economia solidária no Brasil. In: **DINÂMICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/201216_livro_dinamicas_da_economia_cap10.pdf . Acesso em: 10 dez. 2025.

SISTEMA OCESP. **Página institucional do Sistema OCE-SP**. Disponível em: <https://www.sistemaocespp.coop.br/?a=pagina&c=5> . Acesso em: 07 dez. 2025.

TOMAZZONI, Gean Carlos; SCHNEIDER, Sergio. A presença do cooperativismo na agricultura do Sul do Brasil: uma breve caracterização a partir dos dados do censo agropecuário 2017. **DRd – Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 12, n. ed. esp., p.

65–88, 2022. DOI: 10.24302/drd.v12ied.esp.Dossie.3901. Disponível em:
<https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/3901> . Acesso em: 11 dez. 2025.

YIN, Robert K. Estudo de Caso-: Planejamento e métodos. **Bookman editora**, 2015.

Disponível em <

https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=EtOyBQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR1&dq=YIN,+Robert+K,+Estudo+de+caso:+planejamento+e+m%C3%A9todos.+&ots=-maknmzluy&sig=3D_jnUpNtFNYEWLY-9N58UvV0nM> Acesso em 16 out. 2025.